

HABEAS CORPUS Nº 540.979 - SP (2019/0315134-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : WILLIAN GUSTAVO GILIO
ADVOGADO : WILLIAN GUSTAVO GILIO - SP270528
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANIEL GOMES DE AZEVEDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBOS MAJORADOS (UM CONSUMADO E OUTRO TENTADO) E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PLEITO DE EXTENSÃO DE ORDEM CONCEDIDA AOS CORRÉUS NA ORIGEM. DIVERSIDADE DE SITUAÇÕES RECONHECIDA PELA CORTE A *QUO*. MODIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DANIEL GOMES DE AZEVEDO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2203462-83.2019.8.26.0000.

Narra o Impetrante que o Paciente foi preso "[...] *por força da conversão da prisão temporária em prisão preventiva desde a data de 12/06/2019, em processo investigativo N.º. 1500656-51.2019.8.26.0539, o qual gerou denuncia no processo 1500111-78.2019.8.26.0539*" (fl. 4).

O Paciente e outros Acusados foram denunciados como incursores "*nas regras dos artigos 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, e artigo 288, parágrafo único, ambos c.c. o artigo 14, inciso II, 157, § 2º, incisos II e V, e § 2º-A, inciso I, e artigo 288, parágrafo único, todos c.c. o artigo 69, todos do Código Penal*" (fl. 51).

Isso porque, em síntese, os Acusados tentaram subtrair, em concurso de agentes e mediante grave ameaça decorrente do uso de armas de fogo (houve vários disparos) e de violência física, peças, materiais e fios de cobre ou bronze em sua composição existentes nos equipamentos de uma usina. Consta dos autos, ainda, que uma vítima, na ocasião, teve os pés e as mãos amarrados, foi amordaçada e "*sofreu 'coronhadas na cabeça, socos e chutes', além de diversas ameaças de morte*" (fl. 56).

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal de origem não conheceu da ordem originária, nos termos do acórdão de fls. 63-68.

Neste *writ*, a Defesa afirma que foi concedida a liberdade provisória a outro Acusado que estaria na mesma situação fática do Paciente, impondo-se, assim, a extensão do benefício, consoante o disposto no art. 580 do Código de Processo Penal. Argumenta, em síntese, que, *in verbis* (fl. 10):

"O Desembargador negou a extensão do HC concedido ao corréu Alex sob a argumentação de que o paciente Daniel respondia a outro processo crime de interceptação, porém o Nobre Desembargador não atentou-se à extensa ficha de antecedentes criminais correu Alex, o qual respondeu a inúmeros crimes inclusive com condenação, documento ora anexado (doc. 06)."

Requer, em liminar e no mérito, seja concedido ao Paciente o direito de responder ao processo em liberdade, *"pela ausência dos requisitos legais para decretação prisão preventiva do paciente, assim como pela extensibilidade da ordem concedida [sic] ao corréu Alex Fernando Ribeiro de Oliveira [...] na forma do art. 580 do CPP"* (fl. 12).

O pedido liminar foi indeferido às fls. 80-83.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 89-94 e 99-158, com a juntada de peças processuais pertinentes à instrução do feito.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 160-167, opinando pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório. Decido.

Esta Corte Superior tem reiteradamente decidido que se encontrando os corréus na mesma situação fático-processual e inexistindo qualquer circunstância de caráter exclusivamente pessoal, faz-se mister a extensão de efeitos da decisão benéfica, a teor do Princípio da Isonomia.

In casu, o acórdão impugnado denegou o pedido de extensão da ordem concedida aos corréus do Paciente com a seguinte fundamentação (fls. 65-67; sem grifos no original):

"Trata-se, à evidência, de mera reiteração do Habeas Corpus nº 2163284-92.2019.8.26.0000, anteriormente impetrado a favor do paciente com pedido de revogação da prisão preventiva idêntico ao ora formulado, cuja ordem foi denegada por votação unânime no julgamento"

realizado no último dia 4.9.2019 (há menos de 30 dias), por esta Colenda 7ª Câmara Criminal.

A respeito da necessidade da manutenção da prisão preventiva de DANIEL, ficou lá consignado que,

'Levando-se em conta as circunstâncias da conduta praticada pelo paciente (DANIEL), bem como o fato de que ele já responde a outra ação penal por crime patrimonial (receptação), realmente não há como se cogitar de sua liberdade provisória, devendo ser mantida a prisão cautelar como medida imprescindível para manutenção da ordem pública.

(...)

O pedido formulado na petição inicial no sentido de que DANIEL seja beneficiado com os efeitos da ordem concedida ao corréu Waldemar também não comporta acatamento.

Sob o aspecto fático-processual, a situação do paciente não guarda qualquer similitude com a do corréu Waldemar Romano Neto. E também não é semelhante à situação de Marcelo Henrique Ledesma.

Ao julgar os *habeas corpus* impetrados por Waldemar e Marcelo, foi constatado que não pairavam indícios mínimos de autoria delitiva em seu desfavor, o que conduziu ao *trancamento* da ação penal proposta contra ambos pelo Parquet, por falta de *justa causa*.

Situação bem diversa é a de DANIEL. De acordo com as investigações, **ele atuava como motorista do caminhão comumente utilizado pelos demais acusados para a prática de crimes semelhantes aos apurados nos autos da ação penal enfocada na impetração. Tanto que ele foi fotografado por câmaras existentes na praça de pedágio próximo ao local dos fatos, antes e após a prática dos crimes narrados na denúncia.**

E, ausentes os requisitos do art. 580 do CPP, é inviável estender a ele a solução adotada por este Tribunal de Justiça nos casos acima mencionados.'

Não se observa na espécie, por outro lado, situação de similitude que devesse ensejar a aplicação do art. 580 do CPP a favor do paciente, a fim de estender a ele os efeitos da ordem concedida aos corréus Alex e Edson.

Efetivamente, no julgamento dos habeas corpus impetrados por Alex e Edson, foi observado que sobre eles pesavam tênues indícios de autoria delitiva, diferentemente do que se dá com relação ao ora paciente DANIEL.

Os elementos probatórios inicialmente reunidos apontam que ele estava envolvido na prática dos crimes narrados na denúncia, exercendo a atividade de motorista de um dos caminhões usados pelo grupo de agentes que executou os crimes descritos na denúncia, tendo sido inclusive fotografado por câmaras existentes na praça de pedágio

próximo ao local onde eles ocorreram."

Como se vê, o acórdão impugnado ressaltou que a situação dos corréus não é idêntica. Logo, como não há similitude fático-processual, incabível a extensão do julgado que determinou a liberdade provisória a outros acusados.

Conforme o entendimento desta Corte, "[n]ão havendo identidade de situações fático-processuais entre os corréus, não cabe, nos termos do art. 580 do CPP, deferir pedido de extensão de benefício obtido por um deles, qual seja, a revogação da prisão preventiva" (PExt no RHC 94.553/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019.)

A propósito:

"PROCESSO PENAL. PEDIDO DE EXTENSÃO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CORRUPÇÃO PASSIVA. 'OPERAÇÃO RUBI'. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÕES DISTINTAS.

1. Havendo similitude fático-processual, é de rigor a extensão dos efeitos da decisão que beneficiou corréu, conforme expresso no art. 580 do Código de Processo Penal.

2. No caso, a despeito de integrarem, em tese, a mesma organização criminosa, o ora requerente foi flagrado com diversos armamentos, circunstância que denota uma maior periculosidade e impede a aplicação do instituto da extensão dos efeitos da ordem concedida à corré.

3. Pedido de extensão indeferido." (PExt no HC 510.938/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 22/10/2019.)

Friso que para desconstituir tal conclusão da instância ordinária, reconhecendo a similitude fático-processual entre os corréus, seria imprescindível o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável na estreita via do *habeas corpus*.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO da ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora